

Na reunião, Executiva do PDS

Sarney prega entendimento com oposição

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do PDS, senador José Sarney, afirmou ontem, depois da reunião da Executiva Nacional do partido, que é preciso suspender, por enquanto, novas reformas eleitorais elaboradas para remediar os males causados à legenda pela rejeição da sublegenda. "Não devemos tocar em nada, senão de acordo com a oposição — advertiu Sarney. Não estamos encontrando unanimidade no partido, razão porque devemos evitar qualquer projeto".

Ele tentou, a princípio, negar que a cúpula haja decidido propor formalmente ao Palácio do Planalto a retirada das mensagens sobre nova lei das inelegibilidades e sobre redução do prazo do domicílio eleitoral, a fim de obrigar a oposição a fazer concessões em torno de alterações na lei eleitoral que melhorem as possibilidades do PDS: "Não houve decisão, mas o sentimento unânime de que não se mande nenhum projeto ao Congresso porque, como nos encontramos nas proximidades das eleições, elas são interpretadas de ângulo diverso de sua real finalidade".

Sarney reconheceu ainda que o partido não tem unanimidade ante nenhum desses temas. "A Comissão Executiva considerou que a mensagem da sublegenda foi enviada ao Congresso juntamente com a lei das inelegibilidades e do domicílio eleitoral. Como a primeira caiu, seria recomendável que se retirassem do Congresso as que estão tramitando, para negociação em torno de uma legislação que sirva a todos os partidos, a fim de que não venhamos a sofrer o que sofremos com a sublegenda", terminou por admitir o presidente do PDS. "Não houve, porém, decisão. Foi discutida a tese porque lembramos que a oposição se mobilizou contra o que acha que pode convir aos interesses do PDS e nós ficamos a votar projetos que só interessam à oposição."

Segundo Sarney, os projetos poderão ser reapresentados, dentro de uma negociação com a oposição, mas insistiu: "Não sei se o governo vai retirar ou não. Foi uma opinião, colhida aqui".

Ele negou, finalmente, qualquer possibilidade de que tenha sido discutida a convocação extraordinária do Congresso para discutir, durante o recesso, aquelas propostas: "Não se falou nisso".

ESTACA ZERO

Por sua vez, o deputado Júlio Campos confirmou haver sugerido a reunificação de projetos de reformas eleitorais, ora em tramitação no Congresso, para que sejam acrescentados dispositivos que proíbem coligações. Ou para que essa proibição seja inserida em algum projeto já em tramitação. "Doutra forma, o PDS seria prejudicado porque montou toda sua estratégia na sublegenda. Com sua rejeição, voltamos à estaca zero", argumentou o parlamentar.